

# Revista Filosófica de Coimbra

vol.14 | n.º28 | 2005

Mário Santiago de Carvalho

Diogo Ferrer

Carlos Morujão

Giannina Burlando

Alain David

José Reis

novidades, aparentemente irreversíveis. Sem que com isto queiramos deslustrar minimamente esta excelente contribuição de GS, enumeremos uma ou outra reserva sobre as ideias filosóficas «progressivas» de Duns Escoto, tal como o A. as enumerou: o conceito unívoco de ser; a teoria das naturezas comuns; a doutrina da individualidade e das diferenças últimas; a doutrina teológica dos modos intrínsecos do ser; o conhecimento intelectual intuitivo; a definição da liberdade pela sincronia dos possíveis. Sem dúvida que, para a metafísica, a doutrina da univocidade do ser tal como Escoto a enunciou representou uma aquisição incontestável. Todavia, isto não significa, como alega GS, que ela seja uma alternativa real à doutrina da analogia, designadamente na sua direcção teológica de imitação ou de similitude (caso de Boaventura); o ponto crítico, para nós, não está em dizer que a analogia da similitude pressupõe sempre um conceito unívoco (cela va de soi!). Outrossim em precisar que não falamos da mesma univocidade nas duas situações (em Escoto ela é elevada à condição de teoria fundante), o que, portanto, mina ainda mais o frágil critério da vantagem (sic!) que GS descortina em tal teoria. Também não deixa de ser fraca a apresentação da teoria da analogia, como «enigmática», a partir de Aristóteles. Independentemente do facto de as páginas que dedicou à teoria das naturezas comuns passarem a ser doravante obrigatórias, não conseguimos compreender como é que uma tal teoria pode representar uma «saída do platonismo». Igualmente a merecer ulterior discussão, estamos em crer, estará a solução preconizada para uma desontologização do possível (i.e. retirar o ser do possível ao ser-possível, o que é possível não é real). Diversamente, já nos parece ter sido muito feliz a leitura da doutrina da constituição do indivíduo, bem contraposta às interpretações contemporâneas de teor 'individualista' e devidamente situada em clave metafísica. Em conformidade, os indivíduos da mesma espécie não se distinguem entre si radicalmente, a distinção radical situando-se antes nas diferenças individuais, as únicas que são efectivamente últimas, mas também determinantes e positivas: «os indivíduos humanos diferem 'per se' (i.e. não por acidente) mas não 'primo' (i.e. no princípio – o que sucede só com as diferenças individuais que não chegam para formar uma espécie)». Sentimos o mesmo apreço pelo sublinhado conferido à desimplicação da liberdade e da contingência, o que tem como efeito perceber o verdadeiro horizonte daquela mais no espaço da interioridade ou vontade humana. Para terminar, deixemos ao leitor interessado informação sobre a ainda recente publicação das Actas do Colóquio «Duns Scot à Paris, 1302-2002» (Turnhout: Textes et Études du Moyen Age, 26).

Mário Santiago de Carvalho

Alessandro D. Conti, *Esistenza e Verità. Forme e strutture del reale in Paolo Veneto e nel pensiero filosofico del tardo medioevo*, Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo (Nuovi Studi Storici, 33) 1996, 324pp.

Embora com algum atraso relativamente ao seu aparecimento – desde 1996 que A.C. tem dado à estampa inúmeras publicações sobre Paulo de Veneza (1369-1429), entre as quais poderíamos citar o último trabalho de que temos conhecimento («Paul of Venice's Theory of Divine Ideas and Its Sources» in *Documenti e Studi sulla Tradizione Filosofica Medievale* 14: 2003) – é entusiasticamente que acolhemos aqui a presente dissertação. Ela afigura-se-nos uma competente e exaustiva apresentação da metafísica de, talvez, um dos melhores lógicos medievais, decerto graças ao tirocínio de três anos que passou em Oxford, o qual lhe permitiu não só definir a crítica ao nominalismo como sobretudo haurir do



espírito realista oxoniense. Com efeito, a defesa de um isomorfismo linguagem e mundo, mas também a adopção da noção escotista da distinção formal, lida à luz da teoria da identidade e da distinção de Wyclif, justificam o escrutínio de uma «original lógica das intensões de base essencialista» (p. 21) em Paulo de Veneza. Dada a importância nuclear da problemática essência/existência para o estabelecimento da metafísica de um qualquer pensador, insistamos em como, nessa teoria ou na revolução operada em torno da respectiva teoria da identidade, um papel relevante deve ser assacado a Henrique de Gand, cuja solução, depois de apurada por Duns Escoto, chegará modificada a Paulo de Veneza via Burleigh e Wyclif. Nessa foz há-de ler-se, então, o culminar de uma metafísica das essências de características neoplatónicas, que defende o primado do universal frente ao singular: «afirmar que a essência e a existência diferem apenas 'secundum rationem' é uma forma diferente de afirmar que o universal e o singular identificam-se 'realiter' e distinguem-se 'formaliter'...» (p. 177). Para o leitor menos informado, recordemos, ainda, que o Eremita aqui tratado foi um escritor fecundo, contando-se, entre as suas obras, ao menos os seguintes títulos (vd. p. 9-20): *Logica parva* (ou *Summulae*), *Antepaedicamenta*, *Logica magna*, *Quadratura seu quattuor dubia*, *Sophismata aurea*, *Sermoni*, *Quaestiones xxii de Messia adversus Iudeos*, *Super I Sententiarum Johannis de Ripa lecturae abbreviatio*, *Summa philosophiae naturalis* (ou *Summa naturalium*). Em sete capítulos muito bem coordenados e exemplarmente redigidos, A.C. reconstrói um sistema metafísico coerente apoiado nos seguintes pilares: «ente e categorias» (p. 33- 68), «potência e acto» (p. 69-88), «universais e singulares» (p. 89-152), «a composição de essência e ser» (p. 153-178), «a substância singular e o princípio de individuação» (p. 179-209), «as formas accidentais» (p. 211- 255) e «o 'complexe significabile'» (p. 257-293). O método adoptado em cada um destes capítulos é invariavelmente o mesmo, dele resultando quase sempre uma pequena monografia histórico-filosófica, muitas vezes apoiada numa versão breve do princípio do círculo hermenêutico: apresentação do problema, contextualização histórica, concepção do Veneto, proposta de interpretação da sua motivação profunda. Este trabalho nem sempre era fácil, haja em vista que, nalguns casos, Paulo de Veneza só tratou o tema de modo indirecto (um exemplo a reter, entre outros, será o de 'substância'). Apesar de tudo, no resultado final, A.C. pode, em rigor, propor-nos a sua tese, quer sobre o lugar do autor italiano na filosofia medieval – a saber: representante ilustre do realismo tardo-escotista na tentativa de preservar o «modelo 'forte' de razão» (p. 299), quer dizer, da que dá conta exaustiva da complexidade do mundo natural e da sua ordem a partir de procedimentos heurísticos de tipo rigidamente dedutivo – quer, sobretudo, sobre o «programa ontológico» de Paulo de Veneza. Sobre este último, A.C. sublinha, como se disse já, a revisitação crítica do essencialismo intensionalista de Wyclif, à luz da tradição medieval e tomando em consideração tanto o pendor anti-nominalista do realismo mais contemporâneo quanto o trabalho de Gualter Burleigh (seja na questão ente/categorias, no tema dos universais, na composição essência e ser, etc.). Por todas estas razões, a obra pode ser também, aqui e ali, lida como uma monografia sobre o pensamento lógico-metafísico na viragem dos séculos XIV/XV, período (sobretudo o último) sobre o qual não abundam estudos aturados. Como se viu pela referência bibliográfica acima, cabe sublinhar que A.C. continua a privilegiar a abordagem dos diálogos do autor com os seus coevos, e, tal como já nesta sua dissertação, manuseando acertadamente fontes manuscritas várias e importantes. Uma afirmação em particular dá bem conta do lugar que A.C. atribui, por fim, à «geografia filosófica» de Paulo de Veneza: um alegado sincretismo que, ao buscar uma difícil síntese de exigências, à primeira vista muito díspares, o coloca na linha das grandes escolas doutrinárias de Duzentos, característica da grande parte da cultura universitária europeia dos primeiros decénios do século XV (p. 8). Com tamanha competência para a reconstrução do sistema metafísico do filósofo italiano medieval, o que faz desta obra de A.C. um trabalho de

referência obrigatória, só nos resta aguardar anunciada monografia similar sobre a epistemologia e a filosofia natural de Paulo de Veneza, que deverão ser caracterizadas, talvez, como uma forma de «aristotelismo eclético». Como temos repetido em tantas ocasiões, não nos interessa tanto a afinação desse 'lugar' a partir dos tradicionais -ismos da historiografia, quanto - essa sim - a afinação resultante exclusivamente do estudo dos textos do autor nos seus diálogos histórico-críticos. Mas em ambos A.C. manifesta a necessária prudência e competência.

Mário Santiago de Carvalho

Santiago Orrego Sánchez, *La actualidad del ser en la 'Primera Escuela de Salamanca'*. *Con lecciones inéditas de Vitoria, Soto y Cano*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra S.A. (Colección de Pensamiento Medieval y Renacentista, 56) 2004, 513pp.

Inserida em prestigiada coleção da Universidade de Pamplona, a presente dissertação de doutoramento de um jovem e promissor autor chileno, assume uma importância enorme, quanto mais não seja pela publicação do Apêndice (p. 327-497) onde o leitor passa a ter acesso à edição e tradução de nove textos manuscritos, centrais na tese, os quais representam um substancial alargamento em relação à conhecida edição de L. Kennedy (1972). São eles: de Francisco de Vitória (1492?-1546), *Commentaria in Primam Partem Divi Thomae* (BUGranada, Cód. B-005), *Commentaria in Tertiam Partem Divi Thomae* (BAVaticana, Ms. Ottob. Lat. 1056), a versão de 1539 de novo dos *Commentaria in Primam Partem Divi Thomae* (BUPSalamanca, Ms 182 e BUBarcelona, Ms. 831); de Domingo de Soto (1495-1560), *Scholia in Tertiam Partem Sancti Thomae* (BAVaticana, Ms. Ottob. Lat. 782), *Commentaria in Primam Partem Divi Thomae* (idid. Ms. Ottob. Lat. 1021 e 1042); e de Melchior Cano (1509-1560), *Commentaria in Primam partem Divi Thomae* (BAVaticana, Ms. Ottob. Lat. 286) e *Adnotationes in Primam Partem Divi Thomae* (BUSalamanca, ms. 58). Estes três autores constituem a habitualmente designada «primeira escola salmanticense» (integram a «segunda», Bartolomeu de Medina e Domingo Bañez, pensadores condicionados pelo Capítulo Geral de 1551 em Salamanca). Aquela é avaliada por Orrego Sánchez como um «tomismo aberto», i.e., «um 'tomismo essencial' que procura distinguir, primeiro, a doutrina da fé, por um lado, da doutrina especificamente tomista, por outro lado; segundo, o fundamental do derivado ou secundário, nas teses do Aquinate; e terceiro, o próprio São Tomás da escola tomista» (p. 114). Podemos assim perseguir de perto o caminho que une a Paris do século XIII à Salamanca do século XVI, via que exige a menção de, pelo menos, Henrique de Gand, Egidio Romano, Duns Escoto, Capréolo, Ockham, Gregório de Rimini, Soncinas, o Ferrariense e sobretudo Caietano. Contudo, como não podia deixar de ser, o que interessa a OS é, primeiro, a determinação dos autores e dos temas gerais que permitem a identificação de uma «metafísica salmantina» e, depois, compreender o seu conteúdo, que expõe sistematicamente. No primeiro fito, encontramos, como aliás se percebe já pela lista dos temas traduzidos e editados em apêndice, o lugar privilegiado da *Suma Teológica* I<sup>a</sup> (com relevo para q. 3, a.4) e III<sup>a</sup> (mormente q. 17, e seus temas cristológicos). Sobre esta metafísica que surge do próprio núcleo da teologia, acresce a informação de um percurso histórico-literário, correcto e actualizado, por autores como, além dos já mencionados acima: Pedro de Sotomayor, Mancio de Corpus Christi, João de Guevara (como é sabido estes dois últimos contam-se entre os principais mestres de F. Suárez), Francisco Zumel, João Vicente